

PROCESSO Nº : 35882/2014
PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA
PROCEDÊNCIA : PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA
GESTOR : JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL/2014
RELATOR : CONSELHEIRO DOMINGOS NETO

RELATÓRIO

Trata-se de processo de Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, relativas ao exercício financeiro de 2014, sob a gestão do Sr. José Antônio de Almeida, prestadas pela atual Administração em cumprimento ao art. 71 da Constituição da República, arts. 47, I, e 210, da Constituição Estadual, arts. 1º, I, e 26, da Lei Complementar n. 269/2007 e arts. 29, I, e 176, da Resolução n. 14/2007.

A contabilidade dessa unidade jurisdicionada esteve sob a responsabilidade do Sr. Max Joaquim Pereira de Almeida Hellebrandt.

O processo encontra-se instruído com documentos que demonstram os principais aspectos dos atos de governo.

O Relatório Preliminar de Auditoria (Doc. n. 104340/2015) da respectiva conta foi elaborado pela Auditora Público Externo Sra. Sibele Taveira de Carvalho e pela Técnica de Controle Público Externo Sra. Jania Costa Esteves, que apontaram inicialmente 04 (quatro) irregularidades de responsabilidade do gestor.

Devidamente notificado a tomar conhecimento do relatório preliminar, em atenção aos arts. 6º e 61, § 2º, da Lei Complementar nº 269/2007 e arts. 89, VIII, e 140, da Resolução n. 14/2007, o gestor apresentou defesa (Protocolo n. 168793/2015), que analisada pela equipe de auditoria, concluiu que permaneceram 03 (três) irregularidades, dentre as quais 01 (uma) gravíssima, 01 (uma) grave e 01 (uma) moderada, descritas no item 03 a seguir.

O gestor foi notificado, por edital, para apresentar alegações finais em face do Relatório Técnico de Análise de Defesa (Doc. n. 129301/2015), manifestando-se por meio do Protocolo n. 245658/2015.

1. DOS PRINCIPAIS ASPECTOS TÉCNICOS RELEVANTES

A seguir, destacam-se os principais aspectos quanto à legalidade, legitimidade, eficiência, economicidade e resultado das políticas públicas, bem como ao cumprimento das normas legais e constitucionais:

1.1. Perfil da Entidade Pública

A estrutura político-administrativa desse Município é composta pela Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, pela Associação de Moradores da Vila São Sebastião do Município de São Félix do Araguaia, pelo Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia, pelo Fundo Municipal de Gestão Integrada e Cooperada da Educação de São Félix do Araguaia e pelo Fundo Municipal de Previdência Social de São Félix do Araguaia.

1.2. Processo Orçamentário

O PPA do Município de SAO FELIX DO ARAGUAIA para o quadriênio 2014 a 2017, foi instituído pela Lei nº 732, de 30/12/2013, e foi protocolada sob o nº 6742/2014 no TCE-MT em 14/01/2014, portanto, em desconformidade com o estabelecido no art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que estabelece o encaminhamento dessa peça de planejamento até 31 de dezembro do ano em que foi votada. Ressalta-se que, em razão do recesso, os prazos processuais foram suspensos, voltando a fluir em 13/01/2014, conforme o disposto no art. 2º, § 1º, da Portaria 07/2013.

A LDO do Município de SAO FELIX DO ARAGUAIA, para o exercício de 2014, foi instituída pela Lei nº 734, de 30/12/2013, foi protocolada sob o nº 6653/2014 no TCE-MT em 14/01/2014, em desacordo, portanto, com o art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final para seu encaminhamento a este Tribunal até o dia 31 de dezembro do ano em que foi votada. Ressalta-se que, em razão do recesso, os prazos processuais foram suspensos, voltando a fluir em 13/01/2014, conforme o disposto no art. 2º, § 1º, da Portaria 07/2013.

A LOA do Município de SAO FELIX DO ARAGUAIA para o exercício de 2014 foi publicada no dia 16/01/2014, conforme Lei nº 735, de 30/12/2013, e foi protocolada sob o nº 10685/2014 no TCE-MT em 18/01/2014, em desacordo, portanto, com o art. 166, I, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final de envio dessa peça de planejamento até o dia 15 de janeiro de cada ano.

A referida peça de planejamento estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 27.886.664,72. Deste valor destinou-se R\$ 21.337.551,00 ao Orçamento Fiscal e R\$ 6.549.113,72 ao Orçamento da Seguridade Social (OFSS). Não houve orçamento de investimento.

A seguir, o resultado da execução orçamentária: Programa de Governo
Previsão e Execução, sob a ótica do cumprimento das metas previstas na LOA:

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO LOA (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	%Execução/Previsão
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$ 1.264.596,62	R\$ 1.264.596,62	100,00%
0002	ADMINISTRACAO GERAL	R\$ 6.439.396,74	R\$ 6.321.721,65	98,17%
0004	PREVIDENCIA SOCIAL	R\$ 1.457.000,00	R\$ 629.087,75	43,17%
0005	ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 549.601,25	R\$ 536.262,86	97,57%
0006	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	R\$ 31.157,14	R\$ 28.950,18	92,91%
0008	GESTAO DA SAUDE	R\$ 39.122,57	R\$ 38.527,27	98,47%
0009	ATENCAO BASICA EM SAUDE	R\$ 7.891.994,31	R\$ 7.828.462,37	99,19%
0010	ASSISTENCIA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 514.504,20	R\$ 508.500,65	98,83%
0011	VIGILANCIA EM SAUDE	R\$ 131.059,00	R\$ 129.775,50	99,02%
0012	GESTAO DA EDUCACAO	R\$ 193.318,55	R\$ 189.988,95	98,27%
0013	ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 6.535.712,56	R\$ 6.460.318,94	98,84%
0014	EDUCACAO INFANTIL	R\$ 1.294.772,37	R\$ 1.293.292,73	99,88%
0016	FORTELECIMENTO DA CULTURA	R\$ 126.145,08	R\$ 125.073,07	99,15%
0017	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	R\$ 1.186.483,03	R\$ 1.176.478,99	99,15%
0018	PROTECAO DO MEIO AMBIENTE	R\$ 10.000,00	R\$ 5.004,00	50,03%
0020	FORTELECIMENTNO DA AGRICULTURA FAMILIAR	R\$ 8.500,00	R\$ 3.500,00	41,17%
0021	APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO	R\$ 301.098,00	R\$ 275.925,50	91,63%

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO LOA (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	%Execução/Previsão
0022	OBRAS PUBLICA E INFRA-ESTRUTURA URBANA	R\$ 2.188.972,15	R\$ 2.180.969,31	99,63%
0023	SERVICOS URBANOS	R\$ 244.513,60	R\$ 241.847,04	98,90%
0024	TRANSPORTE RODOVIARIO	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	100,00%
0025	SANEAMENTO BASICO	R\$ 648.013,00	R\$ 644.417,63	99,44%
0026	APOIO A DESPORTO E AO LAZER	R\$ 839.874,17	R\$ 820.963,92	97,74%
0028	OPERACOES ESPECIAIS	R\$ 825.241,00	R\$ 810.997,48	98,27%
0099	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 2.259,00	R\$ 0,00	0,00%
		R\$ 32.753.334,34	R\$ 31.544.662,41	



Tribunal de Contas
Mato Grosso



GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Domingos Neto
Telefone: 3613-7511 / 7513 - Fax: 3613-7512
e-mail: gab.domingosneto@tce.mt.gov.br

1.3. Receita orçamentária consolidada

Para o exercício, a Receita Consolidada total prevista foi de R\$ 27.886.664,72, sendo arrecadado o montante de R\$ 32.478.927,07, conforme demonstrado no Quadro 7.1 do Anexo 7. A série histórica das receitas orçamentárias do Município, no período de 2010/2014, revela crescimento significativo na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas Correntes	R\$ 19.735.022,37	R\$ 24.648.991,23	R\$ 25.323.543,61	R\$ 27.837.210,04	R\$ 31.370.492,40
Receita Tributária	R\$ 1.203.790,99	R\$ 1.271.586,78	R\$ 3.174.175,65	R\$ 4.710.509,53	R\$ 6.305.152,40
Receita de Contribuição	R\$ 435.835,49	R\$ 418.943,99	R\$ 1.086.140,03	R\$ 763.210,83	R\$ 916.300,55
Receita Patrimonial	R\$ 458.133,57	R\$ 697.348,27	R\$ 2.532.897,35	R\$ 553.016,09	R\$ 1.134.249,22
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Receita de serviço	R\$ 344.218,64	R\$ 327.761,63	R\$ 332.685,51	R\$ 342.951,92	R\$ 351.497,27
Transferências Correntes	R\$ 19.037.126,95	R\$ 23.013.335,34	R\$ 20.326.400,44	R\$ 23.874.633,42	R\$ 26.837.268,81
Outras Receitas	R\$ 143.626,19	R\$ 1.337.792,24	R\$ 168.740,95	R\$ 277.021,45	R\$ 250.591,73
Dedução	-R\$ 1.887.709,46	-R\$ 2.417.777,02	-R\$ 2.297.496,32	-R\$ 2.684.133,20	-R\$ 4.424.567,58
Receitas de Capital	R\$ 499.787,24	R\$ 1.590.836,88	R\$ 1.411.799,00	R\$ 2.298.798,76	R\$ 516.830,35
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.500,00	R\$ 0,00
Transferências de Capital	R\$ 499.787,24	R\$ 1.590.836,88	R\$ 1.411.799,00	R\$ 2.248.298,76	R\$ 516.830,35
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das receitas	R\$ 20.234.809,61	R\$ 26.239.828,11	R\$ 26.735.342,61	R\$ 30.136.008,80	R\$ 31.887.322,75
Receita Tributária Própria	R\$ 1.449.502,05	R\$ 1.452.931,27	R\$ 3.323.266,12	R\$ 5.120.412,31	R\$ 6.723.148,84
% de Receita Tributária Própria	7,16%	5,53%	12,43%	16,99%	21,08%
% Média de RTP	12,63%				

Comparando as receitas previstas com as receitas efetivamente arrecadadas, verifica-se **excesso** de arrecadação.

A receita tributária própria arrecadada (IPTU + IRRF + ISSQN + ITBI), e outras receitas correntes, foi de **R\$ 6.723.148,84**, conforme quadro abaixo:

Receita Tributária Própria	Valor Previsto R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita
Impostos	R\$ 1.503.150,00	R\$ 5.888.737,48	87,58%
IPTU	R\$ 190.000,00	R\$ 158.764,29	2,36%
IRRF	R\$ 301.650,00	R\$ 941.251,77	14,00%
ISSQN	R\$ 484.000,00	R\$ 1.334.779,07	19,85%
ITBI	R\$ 527.500,00	R\$ 3.453.942,35	51,37%
Taxas	R\$ 171.417,00	R\$ 416.414,92	6,19%

Receita Tributária Própria	Valor Previsto R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
CIP (Contribuição de Iluminação Pública)	R\$ 70.800,00	R\$ 301.469,15	4,48%
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre Tributos	R\$ 53.000,00	R\$ 1.920,26	0,02%
Dívida Ativa Tributária	R\$ 173.522,00	R\$ 95.587,52	1,42%
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre a Dívida Ativa Tributária	R\$ 42.275,00	R\$ 19.019,51	1,42%
TOTAL	R\$ 2.014.164,00	R\$ 6.723.148,84	

APLIC

1.4. Despesa Consolidada - Autorizada

Para o exercício de 2014, a despesa autorizada foi de R\$ 32.753.334,34, sendo realizado (empenhado) o montante de R\$ 31.544.662,41.

Esse resultado mostra que despesa realizada é menor do que a autorizada indicando uma economia orçamentária.

1.5. Gestão Orçamentária, financeira e patrimonial

Comparando as receitas arrecadadas R\$ 32.478.927,07 e as despesas realizadas R\$ 31.544.662,41, tem-se que a receita arrecadada é **maior** do que a despesa realizada.

Não há dívida consolidada líquida, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Descrição	Valor R\$
(a) Total da Dívida Consolidada	R\$ 2.692.324,01
(b) Ativo Disponível	R\$ 11.418.034,33
(c) Haveres financeiros	R\$ 530.000,00
(d) Disponibilidade Previdenciária	R\$ 8.848.679,94
(e) Restos a Pagar Processados	R\$ 154.886,13
(f) = (b + c - d - e) total de deduções	R\$ 2.944.468,26
DCL - dívida consolidada líquida	R\$ 0,00

Anexo 14 - Dados Consolidados e do RPPS - Restos a Pagar Processo (quadro Restos a Pagar processados e não processados)

A disponibilidade financeira para o exercício seguinte foi de **R\$ 11.418.034,33**.

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há apenas R\$ 0,88 de disponibilidade financeira, portanto, foi constatada insuficiência financeira da ordem de R\$ 428.339,00. Assim, o município de São Félix do Araguaia não dispõe de recursos financeiros suficientes para o pagamento das despesas inscritas em restos a pagar, evidenciando um risco de endividamento público.

1.6. Limites legais e constitucionais

A **despesa total com pessoal** do Executivo Municipal foi de **R\$ 13.342.543,49** correspondente a **43,38%** do total da Receita Corrente Líquida, **não ultrapassando** o limite de **54%** fixado na alínea "b" do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar n. 101/2000:

RCL = R\$ 30.755.661,00

Pessoal	Valor no Exercício	RCL%	Limites Legais	Situação
Executivo	R\$ 13.342.543,49	43,38%	54,00%	REGULAR
Legislativo	R\$ 722.355,34	2,34%	6,00%	REGULAR
Município	R\$ 14.064.898,83	45,73%	60,00%	REGULAR

O Município aplicou na manutenção e no desenvolvimento do **ensino** o equivalente a **27,08%** do total da receita resultante dos impostos municipais, compreendida a proveniente das transferências estadual e federal, não atendendo ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal:

Receita Base = R\$ 20.078.952,67

Aplicação	Valor aplicado R\$	% da aplicação sobre receita base	limite mínimo sobre receita base	Situação
Ensino	R\$ 5.438.687,75	27,08%	25,00%	REGULAR

O Município aplicou **85,60%** na Valorização e Remuneração do Magistério da Educação Básica Pública (artigos 60, inciso XII, do ADCT/CF e 22 da Lei n. 11.494/2007):

Receita FUNDEB R\$	Valor Aplicado R\$	% Aplicado	Limite Mínimo %	Situação
R\$ 3.642.248,97	R\$ 3.117.842,62	85,6	60,00%	REGULAR

Indicadores da educação - rede municipal

Dos dez indicadores avaliados, o Município de São Félix do Araguaia está melhor que a média brasileira em 3 indicadores e não pontuou em outros 4, Importa mencionar que o município manteve o mesmo índice do exercício neste ano de avaliação. anterior. A seguir são relacionados os indicadores com resultado pior do que a média Brasil:

- Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2013)
- Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2013)
- Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2013)

Em relação aos próprios índices anteriores: em relação ao seu próprio desempenho anterior, o município piorou em 3 indicadores. Este resultado demonstra que seu desempenho vem decrescendo a cada ano, o que não é bom. A seguir são relacionados os indicadores com resultado pior em relação ao exercício anterior:

- Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2013)

- Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2013)
- Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2013)

O Município aplicou nas ações e nos serviços públicos de **saúde** o equivalente a **15,70%** do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que trata o artigo 158, alínea “b” do inciso I e § 3º do artigo 159, todos da Constituição Federal, aos termos do inciso III do artigo 77 do ADCT/CF, que estabelece o mínimo de **15%**:

Receita Base R\$	Despesa R\$	% Sobre a Receita Base	Limite Mínimo %	Situação
R\$ 20.078.952,67	R\$ 8.105.726,68	15,70%	15,00%	REGULAR

Indicadores da saúde

Em relação à média Brasil: o índice total do município, que é a soma dos escores de cada indicador – calculado conforme legenda da Tabela 1 - montou em 6,0. Isso significa que dos dez indicadores avaliados, o Município de São Félix do Araguaia está melhor que a média brasileira em 6 indicadores, neste ano de avaliação.

Em relação ao ano anterior houve uma significativa melhora no resultado do município, já que passou de 4 para 6 os indicadores com índice melhor do que a média nacional. A seguir são relacionados os indicadores com resultado pior do que a média Brasil:

- Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2012)
- Taxa de Detecção de Hanseníase (2013)
- Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2013)
- Cobertura - Imunizações : Pentavalente (2013)

Em relação aos próprios índices anteriores o Município piorou em 4 indicadores, se comparado com seu desempenho no exercício anterior. Este resultado demonstra que embora ainda esteja melhor que a média brasileira na maioria dos indicadores, seu desempenho vem decrescendo a cada ano em alguns indicadores.

A seguir são relacionados os indicadores com resultado pior em relação ao exercício anterior:

- Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular (2012)
- Taxa de Detecção de Hanseníase (2013)
- Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a

59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2013)
- Incidência de Tuberculose todas as formas (2013)

O Poder Executivo **repassou** para o Poder Legislativo o equivalente a **R\$ 1.264.596,62**, correspondente a **6,99 %** da receita base referente ao exercício de 2014, assegurando assim o cumprimento do limite máximo estabelecido no art. 29-A da CF (art. 29-A, § 2º, inc. I, CF), conforme segue:

Valor Receita Base do exercício (R\$)	Valor Repassado (R\$)	% Sobre a receita base	% Limite Máximo	Situação
R\$ 18.066.073,76	R\$ 1.264.596,62	6,99 %	7 %	REGULAR

Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inc. III, CF).

Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF).

2. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

2.1. Alterações orçamentárias

Foram constatadas irregularidades reincidentes nos atos de governo.

2.2. Pareceres prévios anteriores

Do exercício de 2013, foram feitas as seguintes recomendações ao atual gestor:



Tribunal de Contas
Mato Grosso



GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Domingos Neto
Telefone: 3613-7511 / 7513 - Fax: 3613-7512
e-mail: gab.domingosneto@tce.mt.gov.br

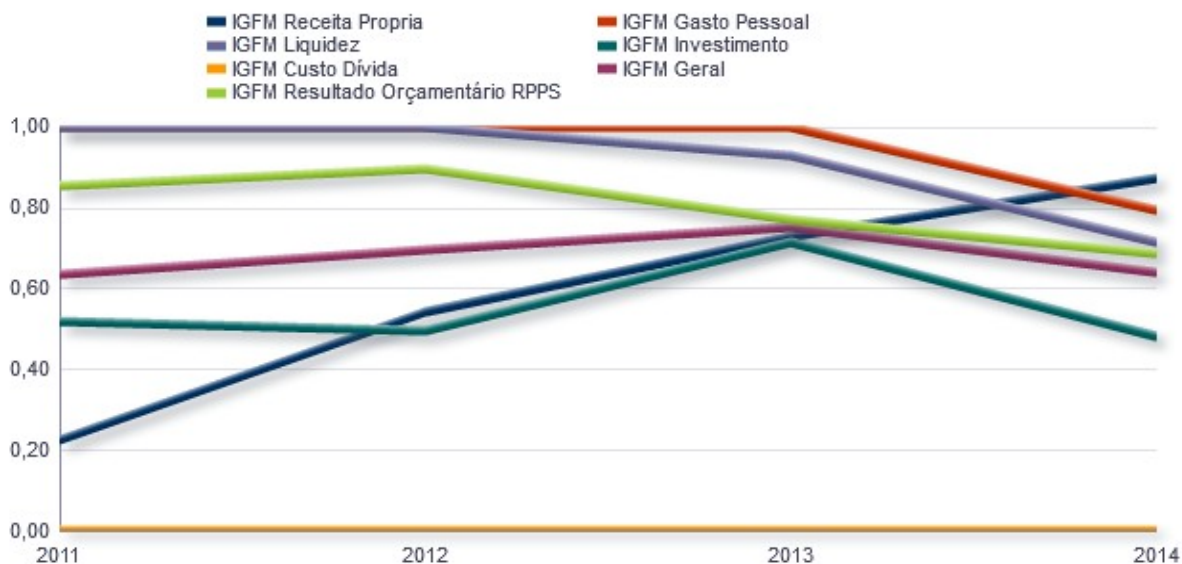
EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	ACÓRDÃO	DT DECISÃO	DETERMINAÇÃO / RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2013	77283/2014	64/2014	16/09/2014	1) implemente ações visando a melhoria dos índices das políticas públicas nas áreas de saúde e educação, com o objetivo de promover ajustes e mudanças no desempenho dessas ações e o alcance dos objetivos e metas previstas;	O gestor informa que foram atendidas as recomendações, porém em 2014 constatou-se alguns indicadores abaixo da média Brasil, conforme relatado nos itens 5.6.2.2.1 e 5.6.3.2.1. REINCIDENTE

				2) apresente plano de providências para aprimoramento dos índices dos indicadores respectivos, encaminhando cópia ao Tribunal de Contas do Estado.	Foram apresentados planos de providências para as áreas da saúde e educação, conforme verificado no processo nº 188190/2014. No entanto, no plano da educação não foram incluídas metas relacionadas especificamente aos indicadores com baixo desempenho. Ademais, o índice geral da Educação permaneceu igual do exercício anterior, evidenciando a necessidade de revisão do plano.
2012	175668/2013	131/2013	26/11/2013	a) aperfeiçoe os serviços públicos de saúde e de educação, buscando a melhoria especialmente dos indicadores que não atingiram a média nacional e daqueles cujos resultados apresentaram queda em relação ao desempenho anterior;	O gestor informa que foram atendidas as recomendações, porém em 2014 constatou-se alguns indicadores abaixo da média Brasil e outros com índices piores que o exercício anterior, conforme relatado nos itens 5.6.2.2.1 e 5.6.3.2.1. REINCIDENTE
				b) apresente justificativas para a queda dos resultados dos indicadores de: 1) Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2011); 2) Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2011); 3) Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2011);	Não houve justificativa para este item. Ressalta-se que em 2014 também foi constatada queda no resultado do indicador Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2011); 2) Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil. REINCIDENTE

				d) abstenha-se de abrir créditos adicionais sem autorização legislativa prévia; e) atente-se à norma constitucional, à Lei de Responsabilidade Fiscal e aos ditames da Lei nº 4.320/1964, especialmente no tocante a abertura de créditos adicionais;	Em 2014 não houve abertura de créditos sem autorização legislativa (item 4. 1. 3. 1).
				f) observe as regras de transição de mandato, precipuamente a Resolução Normativa nº 07/2008;	De acordo com o gestor, o descumprimento foi realizado pelo gestor anterior.
				g) implante o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Urbanos e o Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos especiais, conforme disposto na Lei nº 12.305/2010 e na Resolução CONAMA nº 308, de 21 de março de 2002;	De acordo com a Lei nº 692/2012, foi aprovado o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.
				h) atente-se sempre nos atos da administração aos Princípios da Transparência e Publicidade, constitucionalmente previstos e essenciais ao desempenho da gestão de recursos públicos.	O gestor informa que cumpre o princípio da Transparência e Publicidade, porém foi constatada a ausência de publicação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO do 3º e 4º bimestres de 2014 e de Gestão Fiscal - RGF do 2º quadrimestre de 2014.

2.3. Índices de Gestão Fiscal

Ano	Município	IGFM Receita Propria	IGFM Gasto Pessoal	IGFM Liquidez	IGFM Investimento	IGFM Custo Dívida	IGFM Resultado Orçamentário RPPS	IGFM Geral	Rank Geral
2011	SAO FELIX DO ARAGUAIA	0,22 ↓	1,00 ↑	1,00 ↑	0,52 ↓	0,00 ↓	0,85 ↑	0,63 ↓	44º
2012	SAO FELIX DO ARAGUAIA	0,54 ↓	1,00 ↑	1,00 ↑	0,50 ↓	0,00 ↓	0,90 ↑	0,70 ↓	32º
2013	SAO FELIX DO ARAGUAIA	0,73 ↓	1,00 ↑	0,93 ↑	0,71 ↓	0,00 ↓	0,77 ↓	0,75 ↓	6º
2014	SAO FELIX DO ARAGUAIA	0,87 ↑	0,80 ↓	0,71 ↓	0,48 ↓	0,00 ↓	0,69 ↓	0,64 ↓	35º



2.4. Regime previdenciário

Os servidores efetivos do Município estão vinculados ao regime próprio de previdência social e os demais, ao regime geral (INSS).

2.5. Sistema de Controle Interno

O responsável pelo controle interno é Sr. MARCELINO DE FAVERI, pelo período de 01.01.2014 a 31.12.2014.

2.6. Transparência

Audiências públicas

1) Não foi constatada a publicação para convocação de audiência pública na fase de elaboração do projeto da LOA, tampouco houve comprovação da realização da audiência pública (art. 48 LRF e art. 44 e art. 4º, inc. III, "f", da Lei nº10.257/2001).

1.1) Ausência de comprovante de publicação para convocação de audiência pública na fase de elaboração do projeto da LOA e ausência de comprovação da realização da audiência pública (art. 48 LRF e art. 44 e art. 4º, inc. III, "f", da Lei nº10.257/2001). DB08

2) O cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre não foi avaliado em audiência pública na Câmara Municipal, em desconformidade com o art. 9º, § 4º, da LRF. DB08.

Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais

1) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF.

2) Os Relatórios de Gestão Fiscal - RGF do 3º quadrimestre de 2014 e Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 3º e 4º bimestre de 2014 não foram publicados, estando em desconformidade com o art. 48 da LRF.

2.1) Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO do 3º e 4º bimestres de 2014 e de Gestão Fiscal - RGF do 2º quadrimestre de 2014 não foram publicados, estando em desacordo com o artigo 48 da LRF.

3) Os atos oficiais da Administração foram publicados na imprensa oficial e em outros veículos de comunicação, quando exigido pela legislação e nos prazos legais (art. 37, caput, CF; art. 6º, inc. XIII, L. 8.666/93).

Conselhos

1) Foram assegurados recursos (orçamentários e de infraestrutura),

informações e documentos aos respectivos Conselhos.

Conselhos Tutelares

1) O Município possui 1 (um) Conselho Tutelar integrante da Administração Pública local.

2) O Conselho Tutelar de São Félix do Araguaia foi reestruturado pela Lei nº 308/1998 e regulamentado pela Lei Complementar nº 83/2013.

3) Consta na lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, porém na execução da LOA de 2014 não houve despesas com a remuneração do Conselho tutelar tampouco com a formação continuada dos conselheiros tutelares.

4) O Conselho Tutelar é integrado por 5 (cinco) membros escolhidos pela população local.

2.7. Balanços orçamentário / financeiro / patrimonial

Houve déficit de execução orçamentária (arts. 169, CF e 9º, LRF) no valor de R\$ 617.768,53, contrariando o art. 169 da Constituição Federal.

2.8. Restos a pagar

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há apenas R\$ 0,88 de disponibilidade financeira, portanto, foi constatada insuficiência financeira da ordem de R\$ 428.339,00. Assim, o município de São Félix do Araguaia não dispõe de recursos financeiros suficientes para o pagamento das despesas inscritas em restos a pagar, evidenciando um risco de endividamento público.

2.9. Dívida pública

A soma das obrigações de longo prazo é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Houve cumprimento do limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001).

O montante da dívida consolidada líquida está adequado ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

Houve cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

O resultado indica que a soma dos dispêndios da dívida pública é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

3. CONCLUSÃO

Após análise da defesa, a equipe de auditoria concluiu que permaneceram as seguintes irregularidades:

Responsabilidade do Sr. JOSE ANTONIO DE ALMEIDA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

1) DA02 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_02. Ocorrência de déficit de execução orçamentária, sem a adoção das providências efetivas (art. 169 da Constituição Federal; arts. 1º, § 1º, 4º, I, "b" e 9º da Lei Complementar 101/2000; art. 48, "b", da Lei 4.320/1964).

1.1) Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ 617.768,53, contrariando o art. 169 da Constituição Federal. - Tópico - 5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO);

2) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

2.1) Ausência de cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública na Câmara Municipal, contrariando o artigo 9º, §4º, da LRF. - Tópico – 5.8.1. Audiências públicas;

2.2) Ausência de comprovante de publicação para convocação de audiência pública na fase de elaboração do projeto da LOA e ausência de comprovação da realização da audiência pública (art. 48 LRF e art. 44 e art. 4º, inc. III, "f", da Lei nº10.257/2001). - Tópico - 5.8.1. Audiências públicas;

2.3) **Sanado.**

3) Item sanado.

4) FC13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_MODERADA_13. Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).

4.1) A Lei Orçamentária não dispõe sobre as matérias definidas na legislação: ausência da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso, renúncia de receitas e dos anexos IV a VIII, contrariando o art. 8º e 14 da LRF. - Tópico - 4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

4.2) Ausência do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia e do demonstrativo de medidas de compensação de renúncia de receitas, conforme disposto no § 6º do art. 165 da

Constituição Federal e art. 5º II da LRF. - Tópico - 4.1.3. Lei Orçamentária Anual – LOA.

4. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público de Contas, por intermédio do Procurador-geral Substituto de Contas, Dr. **WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR**, Parecer nº **5.954/2015**, opinou:

a) pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte, referentes ao exercício de 2014, sob a administração do Sr. Emival Gomes de Freitas, nos termos do art. 26, da Lei Orgânica do TCE/MT;

b) pela recomendação para que o Legislativo Municipal emita determinação ao atual Prefeito no sentido de que:

b.1) cumpra, fielmente, as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição Federal, especialmente no que diz respeito à transparência das contas públicas;

b.2) aperfeiçoe as políticas públicas de educação, com o objetivo de melhorar os indicadores referentes à Cobertura Potencial na educação infantil (0 a 6 anos) e também para diminuir a taxa de abandonos na rede municipal até a 4ª série/5º ano;

b.3) aperfeiçoe as políticas públicas de saúde, identificando os fatores que causaram os altos índices de Taxa de Mortalidade infantil, Taxa de Detecção de Hanseníase, taxa de tuberculose e taxa de incidência de dengue;

b.4) faça constar expressamente nas leis orçamentárias os programas e ações para adequar os referidos índices de saúde e educação aos indicadores oficiais usados como parâmetro de desempenho nestas áreas;

É o relatório.

Gabinete de Conselheiro, novembro de 2015.

(Assinatura Digital disponível no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

Conselheiro **DOMINGOS NETO**

Relator